



O documento foi entregue para CVM021849FCA000020150100044348-78
021849DFP311220140100044350-7926/02/2015 20:0526/02/2015 20:07

Empresa

Código CVM: 02184-9
Nome: CONCESSIONARIA DE RODOVIAS DO INTERIOR
PAULISTA S/A

Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP

Protocolo de Recebimento: 021849DFP311220140100044350-79
Protocolo Relacionado: 021849FCA000020150100044348-78
Tipo de Arquivo: Demonstrações Financeiras Padronizadas
Versão: 1
Data de Referência: 31/12/2014
Data de Entrega: 26/02/2015 20:07

DFP capeado pelos dados cadastrais do formulário cadastral V1 recebido em 26/02/2015.

****Atenção: A atualização desse protocolo no sistema EmpresasNet é automática. Caso essa atualização não ocorra automaticamente, o protocolo de recebimento deste documento deve ser atualizado no sistema através da função "Manutenção do Protocolo"!**

Imprimir



Demonstrações Financeiras Anuais Completas

- Declaração para fins do Artg. 25 da instrução CVM nº 480/09;
- Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 e Parecer dos auditores independentes;
- Relatório da Administração.



**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09**

Declaramos, na qualidade de diretores da concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Araras, Estado de São Paulo, Rodovia Anhangüera, km 168, CEP 13600-970, inscrita no CNPJ sob o nº 03.207.703/0001-83, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

Araras, 25 de Fevereiro de 2015.

Linomar Barros Deroldo
Diretor Presidente

Márcio Augusto Travain
Diretor Adm. Financeiro

Luciano Louzane
Diretor Superintendente

Maria de Castro Michielin
Diretora Jurídica



**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09**

Declaramos, na qualidade de diretores da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Araras, Estado de São Paulo, Rodovia Anhangüera, km 168, CEP 13600-970, inscrita no CNPJ sob o nº 03.207.703/0001-83, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

Araras, 25 de Fevereiro de 2015.

Linomar Barros Deroldo
Diretor Presidente

Márcio Augusto Travain
Diretor Adm. Financeiro

Luciano Louzane
Diretor Superintendente

Maria de Castro Michielin
Diretora Jurídica

**CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO
INTERIOR PAULISTA S.A.**

Relatório dos auditores independentes

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013**

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.
Araras - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações contábeis da **Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.** (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Sociedade, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.** em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2015.



BDO RCS Auditores Independentes
CRC 2 SP 013846/O-1

Francisco de Paula dos Reis Júnior
Contador CRC 1 SP 139268/O-6

Paulo Sérgio Tufani
Contador CRC 1 SP 124504/O-9

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	31/12/14	31/12/13
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	613.145	274.394
Contas a receber	22.635	21.698
Contas a receber - partes relacionadas	31.493	22.522
Estoques	352	474
Despesas antecipadas	950	768
Impostos a recuperar	2.134	793
Aplicações financeiras vinculadas	-	-
Outros créditos	97	33
	670.806	320.682
Não circulante		
Aplicações financeiras vinculadas	55	13
Contas a receber - partes relacionadas	311.745	289.261
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	13.299	7.946
Depósitos judiciais	123	104
Imobilizado	1.212	1.187
Intangível	356.480	329.213
	682.914	627.724
Total do ativo	1.353.720	948.406
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	-	-
Debêntures	27.060	15.478
Fornecedores	4.148	4.519
Fornecedores - partes relacionadas	2.728	1.160
Obrigações sociais	4.650	4.576
Obrigações fiscais	18.818	19.053
Cauções contratuais	2.344	1.185
Credores pela concessão	7.713	7.177
Provisão para manutenção em rodovias	13.647	6.055
Juros Sobre Capital Próprio (JSCP)	4.783	1.763
Outras contas a pagar	14	1
	85.905	60.967
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	-	-
Debêntures	971.302	597.871
Fornecedores	-	94
Credores pela concessão	25.738	30.189
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	2.078	2.298
Provisão para manutenção em rodovias	68.523	55.003
Provisão para investimentos em rodovias	738	694
Outras contas a pagar	461	427
	1.068.840	686.576
Patrimônio líquido		
Capital social subscrito	108.710	108.710
Capital social a integralizar	(558)	(558)
Capital social integralizado	108.152	108.152
Reservas de lucros	90.823	92.711
	198.975	200.863
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.353.720	948.406

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2014 (por ação)

	Nota explicativa	31/12/14	31/12/13
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	16		
Receita de pedágio		385.596	367.927
Receita dos serviços de construção		44.800	16.213
Outras receitas operacionais		5.172	4.443
Deduções dos serviços prestados		(34.043)	(32.426)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		401.525	356.157
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	17		
Custo dos serviços prestados		(97.264)	(99.030)
Custo dos serviços de construção		(44.800)	(16.213)
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		(142.064)	(115.243)
Lucro bruto		259.461	240.914
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	17	(27.020)	(19.031)
Remuneração da administração	11	(2.848)	(1.918)
Despesas tributárias		(107)	(119)
Outras receitas operacionais, líquidas		94	257
Lucrooperacional antes dos efeitos financeiros		229.580	220.103
Receitas financeiras	18	69.690	34.788
Despesas financeiras	18	(86.026)	(49.197)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		213.244	205.694
Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes	20	(75.721)	(71.573)
Imposto de Renda e Contribuição Social - diferidos	20	5.353	4.662
Lucro líquido do exercício	21	142.876	138.783
Lucro por ação básico e diluído	21	1,3211	1,2832

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Trimestre findo em 31 de dezembro 2014
(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2014	31/12/2013
Lucro líquido do exercício das operações continuadas		142.876	138.783
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente do exercício		142.876	138.783

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto os dividendos por ação)

Nota explicativa	Subscrito	Capital social		Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
		A integralizar	Integralizado	Legal	Retenção de lucros	Dividendo adicional proposto		
Saldos em 31 de dezembro de 2012	108.710	(558)	108.152	21.631	-	60.919	-	190.702
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	138.783	138.783
Destinações do lucro líquido:								
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(60.919)	(59.044)	(119.963)
Juros Sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(8.659)	(8.659)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucros retidos	-	-	-	-	-	71.080	(71.080)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	108.710	(558)	108.152	21.631	-	71.080	-	200.863
Saldos em 31 de dezembro de 2013	108.710	(558)	108.152	21.631	-	71.080	-	200.863
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	142.876	142.876
Destinações do lucro líquido:								
Dividendos distribuídos	15	-	-	-	-	(71.080)	(65.600)	(136.680)
Juros Sobre Capital Próprio (JSCP)	15	-	-	-	-	-	(8.084)	(8.084)
Lucros retidos	-	-	-	-	-	69.192	(69.192)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	108.710	(558)	108.152	21.631	-	69.192	-	198.975

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A.

Demonstrações do valor adicionado 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2014	31/12/2013
Receitas		
Receitas de pedágio	385.596	367.927
Receita dos serviços de construção	44.800	16.213
Receitas acessórias	5.172	4.443
	435.568	388.583
Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS E COFINS)		
Custos de serviços prestados	(30.176)	(27.309)
Custos dos serviços de construção	(44.800)	(16.213)
Custos de provisão de manutenção	(32.597)	(33.087)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.418)	(2.134)
Custo da concessão	(10.059)	(13.360)
Perda / recuperação de valores do ativo	94	255
Outros	-	-
	(119.956)	(91.848)
Valor adicionado bruto	315.612	296.735
Depreciação e amortização	(17.866)	(17.204)
Valor adicionado líquido produzido pela Sociedade	297.746	279.531
Valor adicionado recebido em transfêrencia		
Receitas financeiras	69.690	34.788
	69.690	34.788
Valor adicionado total a distribuir	367.436	314.319
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal:		
Remuneração direta	21.754	17.772
Benefícios	6.115	5.154
FGTS	1.901	1.443
Impostos, taxas e contribuições:		
Federais (incluindo IOF)	89.991	85.324
Estaduais	52	50
Municipais	19.594	18.661
Remuneração de capitais de terceiros:		
Juros	78.640	42.854
Aluguéis	2.175	1.598
Outros	4.338	2.680
Remuneração de capitais próprios:		
Juros Sobre Capital Próprio (JCSP)	8.084	8.659
Dividendos	71.080	59.044
Reserva legal	-	-
Lucros retidos	63.712	71.080
	367.436	314.319

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/14	31/12/13
Fluxo de caixa nas atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	142.876	138.783
Ajustes para conciliar o lucro líquido com caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.353)	(4.662)
Depreciação e amortização	17.866	17.204
Baixa de ativos imobilizados e intangíveis	4	35
Variação monetária e juros sobre credores pela concessão	3.034	3.665
Receitas com juros sobre empréstimos com partes relacionadas	(37.051)	(26.452)
Receitas com juros sobre aplicações financeiras vinculadas	-	(1.026)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	101
Juros sobre debêntures	76.252	37.937
Resultado financeiro com ajuste a valor presente	4.338	2.681
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	49	1.240
Provisão para manutenção em rodovias	23.212	17.853
Outros	34	29
Redução/(aumento) nos ativos operacionais:		
Estoques	122	(120)
Contas a receber	(899)	(3.931)
Impostos a recuperar	4.217	3.521
Despesas antecipadas	(182)	(73)
Depósitos judiciais	(19)	219
Outros créditos	(64)	(29)
(Redução)/aumento nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(6.041)	(44)
Fornecedores - partes relacionadas	1.568	226
Cauções contratuais de fornecedores	341	17
Obrigações sociais	74	382
Obrigações fiscais	44.273	63.891
Imposto de renda e contribuição social pagos	(45.722)	(63.971)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(271)	(779)
Outras contas a pagar	13	(27)
Credores pela concessão	69	(405)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	222.740	186.265
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(192)	(545)
Adições ao intangível	(44.970)	(14.279)
Aplicações financeiras vinculadas	(42)	(61.940)
Resgate das aplicações financeiras vinculadas	-	70.103
Aumento / diminuição de outros investimentos	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(45.204)	(6.661)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos:		
Captações	-	-
Pagamentos do principal	-	(2.644)
Pagamento de juros	-	(110)
Debêntures:		
Captações	375.000	598.054
Pagamento de principal	-	(374.809)
Pagamento de juros	(66.239)	(23.681)
Pagamento de dividendos	(136.680)	(119.963)
Pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio (JSCP)	(3.850)	(7.410)
Pagamento de credores pela concessão	(7.016)	(6.554)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	161.215	62.883
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	338.751	242.487
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	274.394	31.907
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	613.145	274.394
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	338.751	242.487

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. - Intervias (“Sociedade”) é uma Sociedade anônima domiciliada no Município de Araras, no Estado de São Paulo, Brasil, na rodovia SP 330, km 168 pista sul, constituída em 28 de maio de 1999. Sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. (“Arteris”). A Sociedade iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo - DER/SP, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os Municípios de Itapira, Mogi-Mirim, Limeira, Piracicaba, Conchal, Araras, Rio Claro, Casa Branca, Porto Ferreira, e São Carlos - lote 6, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, ou seja, aqueles a serem prestados pela concessionária, compreendendo as funções operacionais, de conservação e de ampliação; apoio na execução dos serviços não delegados, ou seja, os serviços de competência exclusiva do Poder Público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, ou seja, os serviços considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a concessionária, nos termos do contrato de concessão celebrado com o DER/SP nº 19/CIC/98.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2014.

2. CONCESSÕES

O contrato de concessão e exploração das rodovias é constituído pelos sistemas rodoviários mencionados na nota explicativa nº 1. Em decorrência desse contrato de concessão, a Sociedade reconheceu o direito de uso e exploração, registrado no ativo intangível como direito da outorga e como contrapartida, o passivo na rubrica de “Credores pela concessão”, conforme mencionado nas notas explicativas nºs 9 e 13, respectivamente.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 14/06 de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP), o reequilíbrio da adequação econômico-financeiro do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido através da prorrogação do prazo de concessão por mais 95 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o exercício de exploração da concessão passou a ser até 16 de janeiro de 2028 (335 meses).

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Conforme estabelecido no contrato de concessão da Sociedade, as tarifas de pedágio eram reajustadas no mês de julho de cada ano com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ocorrida até 31 de maio.

Em decorrência da deliberação do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo (“ARTESP” ou “Poder Concedente”), de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Sociedade concordou com o Termo Aditivo e Modificativo - TAM em dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicará revisão contratual em base anual junto ao Poder Concedente para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o reequilíbrio em favor da Sociedade ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM entraram em vigor em 1º de janeiro de 2012, condicionadas à autorização do secretário estadual de logística e transportes. Essa modificação foi aprovada pelo secretário estadual de logística e transportes em 28 de junho de 2012, e tornou-se vigente em 2013, a partir do reajuste de 1º de julho de 2013.

Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial do Estado, deliberação extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a deliberação autorizou o reajuste dos pedágios a partir de 1 de julho de 2013 pelo índice do IGPM, mas com repasse zero aos usuários. Em antecipação ao reequilíbrio do contrato de concessão o Conselho Diretor autorizou a cobrança de eixos suspensos para veículos pesados e redução dos percentuais cobrados da outorga variável desde julho de 2013, com exceção aos pagamentos efetuados em novembro de 2013.

Excepcionalmente nos meses de julho a setembro, novembro e dezembro de 2013, o ônus variável foi calculado usando o índice de 1,5% sobre a receita bruta como forma de compensação do repasse zero às tarifas de pedágio a partir de 1 de julho de 2013, conforme publicação no D.O.E. de 27 de julho de 2013, processo 015.147/2013 e protocolo 234.316/13.

Em 14 de dezembro de 2013, o conselho diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização anteriormente concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de outorga variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as receitas da concessionária). Esta prorrogação não inclui os pagamentos

efetuados em novembro 2013 referente a outorga variável de competência do mês de outubro de 2013.

Em 28 de junho de 2014 foi publicada no Diário Oficial do Estado, deliberação extraordinária do Conselho Diretor da Artesp acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a Deliberação autorizou o reajuste dos pedágios a partir de 1 de julho de 2014 pelo índice IPCA com reajuste de 4,67%. A Sociedade não concordou com a decisão unilateral do Governo do Estado de São Paulo, comunicada pela Artesp e vem tomando medidas de defesa para garantir seus direitos.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias, ou por elas implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

A Sociedade assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos:

NA SP 147- Rodovia Engenheiro João Tosello

- Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre os km 41,36 (em Itapira) e o km 54 (em Mogi Mirim) e entre o km 62,45 (em Mogi Mirim) e o km 106,32 (em Limeira).

Na SP 191- Rodovia Wilson Finardi

- Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 43,8 ao km 44,9 (Mogi Mirim/Araras) do km 45,6 ao km 46,9 (projeção Araras/Anhanguera), e do km 49,7 ao km 74,72 (Araras- Rio Claro).

Na SP 352-Rodovia Comendador Virgolino de Oliveira

- Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 162,45 e o km 185,17 (Itapira - Divisa com o Estado de Minas Gerais).

Na SP 165/330 - Rodovia Anhanguera -

- Contorno Rodoviário de Araras.
-

De acordo com o Termo Aditivo e Modificativo nº 06/02 e 3ª readequação do cronograma de obras de 08/10/2002, foi construído um trecho de 4,67 quilômetros de rodovia, denominado Contorno Rodoviário de Araras na SP 165/330, partindo do km 165,225 da SP 330 - Rodovia Anhanguera até o km 42,300 da SP 191 - Rodovia Wilson Finardi.

A Sociedade estima na data de 31 de dezembro de 2014, os montantes de R\$454.661 respectivamente referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$187.983 referentes a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

Os valores referentes a 31 de dezembro de 2014 poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do exercício de concessão.

As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo contratado com peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 14.2.

A Sociedade, independentemente da manutenção e conservação necessárias para manter o nível de serviços adequado durante o exercício de concessão, deverá devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos das estruturas em geral, principalmente do pavimento. Nesse exercício, subsequente à devolução, não deverá ocorrer a necessidade de serviços de recuperação ou reforços nas obras de arte especiais, em virtude das manutenções destinadas a preservar as estruturas das rodovias.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

3.1 Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e

os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela CVM.

3.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Os julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade estão descritas a seguir:

Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos técnicos e econômicos periódicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

Determinação das receitas de construção

Quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A

Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são:

4.1. Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos mantidos para negociação por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros na categoria “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

A Sociedade reconhece instrumentos financeiros ativos classificados na categoria “empréstimos e recebíveis”, descritos como segue:

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos com prazo de vencimento

superior a 12 meses após a data do balanço, em que são classificados como ativo não circulante.

Os saldos desses ativos financeiros da Sociedade são formados por caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 6), depósitos judiciais e outras contas a receber, sendo os principais critérios adotados descritos como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Consistem basicamente em valores mantidos em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e expectativa de utilização em exercício inferior a 90 dias.

b) Aplicações financeiras

Representadas, basicamente, por títulos de Certificado de Depósito Bancário - CDB e cotas de fundos, com vencimento acima de 90 dias, e estão classificadas como restritas aos financiamentos com vencimento futuro e/ou pela intenção de realização como investimentos da Administração da Sociedade. Os ativos financeiros estão classificados na categoria específica como ativos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

c) Contas a receber

Apresentadas pelo valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e efeito irrelevante nas demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

4.2. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o exercício de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 8, quando aplicável, limitadas ao prazo da concessão.

4.3. Ativo intangível

Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de demanda de tráfego, estimada para o exercício de concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuro incorporado no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas demonstrações financeiras e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida no resultado substancialmente por meio da projeção da curva de demanda de tráfego, estimada para o exercício de concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4.4. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.5. Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um exercício de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo do contrato.

4.6. Instrumentos financeiros passivos

a) Classificados como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

b) Empréstimos e financiamentos

Na data da contratação, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

c) Credores pela concessão

Correspondem às parcelas fixas a serem pagas ao Poder Concedente, ajustadas a valor presente à razão de 5% ao ano, conforme a nota explicativa nº13.

A Sociedade ajusta a valor presente o saldo da rubrica “Credores pela concessão”, registrado no passivo circulante e não circulante, com base nas taxas médias de encargos financeiros contratados na época em que as transações originaram-se.

A constituição do ajuste a valor presente teve como contrapartida a rubrica “Intangível”, na qual está registrado o direito de outorga da concessão. A reversão do ajuste a valor presente das contas no passivo tem como contrapartida a rubrica “Despesas financeiras”, pelo transcorrer do prazo.

4.7. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, conforme a nota explicativa nº 7.

4.8. Arrendamento mercantil

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade são retidos pelo arrendador e são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício durante o exercício do arrendamento.

4.9. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais estão descritos na nota explicativa nº 14.1.

4.10. Passivos ajustados ao seu valor presente

Para determinados passivos a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajustes a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a ele associadas. Os passivos sujeitos a ajustes a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

Provisão para investimentos: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujo benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o exercício de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de 6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2014. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2014. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Credores da concessão: decorrentes das obrigações assumidas pela Sociedade relacionadas ao direito de outorga. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 5% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros efetiva livre de risco, e deve ser adotada consistentemente desde o registro inicial da concessão até a realização das obrigações.

Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

<u>Circulante</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	14.161	6.249
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>13.647</u>	<u>6.055</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(514)</u>	<u>(194)</u>
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	7.903	7.440
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	<u>7.713</u>	<u>7.177</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(190)</u>	<u>(263)</u>
<u>Não circulante</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	79.905	66.351
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>68.523</u>	<u>55.003</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>11.382</u>	<u>11.348</u>
Provisão para investimentos em rodovias - real	863	863
Provisão para investimentos em rodovias a valor presente	<u>738</u>	<u>694</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(125)</u>	<u>(169)</u>
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	29.867	35.864
Credores pela concessão em rodovias - a valor presente (*)	<u>25.738</u>	<u>30.189</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(4.129)</u>	<u>(5.675)</u>

(*) Incluem a parcela variável conforme nota explicativa nº 13.

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

4.11. Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria estabelecida no contrato de concessão é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício em que os serviços são prestados.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no exercício de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

4.12. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

4.13. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo, na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 15.

4.14. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4.15. Novos pronunciamentos e interpretações

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e International Financial Reporting Standards Interpretations Committee - IFRIC, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia e suas investidas nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Eles serão adotados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Sociedade ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos desses novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras

Pronunciamento	Descrição	Vigência
Alterações à IFRS 11 - Contabilizações para aquisições de participações em operações em conjunto	Fornece as orientações sobre como contabilizar a aquisição de participação em uma operação conjunta na qual as atividades constituem um negócio conforme definido na IFRS 3 - Combinações de negócios.	(1)
Alterações à IAS 16 a IAS 38 - Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização	As alterações à IAS 16 proíbem as entidades de utilizarem um método de depreciação com base em receitas para itens do imobilizado. As alterações à IAS 38 introduzem uma presunção refutável de que as receitas não constituem base adequada para fins de amortização de um intangível.	(1)
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.	(2)
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Revisão em 2014, contém exigências para: a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; b) metodologia de redução ao valor recuperável; c) contabilização geral de hedge.	(3)

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

(1) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016;

(2) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017;

(3) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018;

As alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC e do Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pelo CFC até a data de sua aplicação obrigatória. A Administração da Sociedade não espera que essas alterações tenham efeito sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Caixa e contas bancárias	1.538	1.346
Aplicações financeiras (*)	<u>611.607</u>	<u>273.048</u>
Total	<u>613.145</u>	<u>274.394</u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição da carteira nas respectivas datas é apresentada a seguir:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Certificados de depósito bancário - CDB	4.298	3.918
Fundos de investimentos	<u>607.309</u>	<u>269.130</u>
Total	<u>611.607</u>	<u>273.048</u>

As aplicações financeiras são remuneradas na média a 102,75% (entre 100,5 e 105,0%) da variação do CDI no exercício.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	22.015	21.107
Cupons de pedágio a receber	478	444
Cartões de pedágio a receber	<u>142</u>	<u>147</u>
Total	<u>22.635</u>	<u>21.698</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 22c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2014. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representados por:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Ativo não circulante		
Bases do ativo diferido:		
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (a)	2.078	2.298
Provisão de participação nos resultados	1.815	-
Direito de concessão incorporado (c)	(17.143)	(18.453)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (b)		
Provisão para manutenção	82.170	61.058
Diferenças de intangível, diferido e imobilizado, líquidas.	(23.314)	(13.155)
Ajuste dos encargos financeiros	<u>(6.491)</u>	<u>(8.377)</u>
Base de cálculo	39.115	23.371
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>13.299</u>	<u>7.946</u>

(a) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.

(b) Ajustes decorrentes da adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil.

(c) Crédito decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006, e, até então, controlado na “parte B” do LALUR desta

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

empresa. Com a incorporação da participação da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% ao ano fiscalmente e pelo prazo da concessão contabilmente.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Exercício a findar-se em:

2016	880
2017	917
2018	962
Após 2019	<u>10.540</u>
	<u>13.299</u>

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

8. IMOBILIZADO

A movimentação em 31 de dezembro de 2014 é como segue:

	<u>Móveis, utensílios e instalações</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
<u>Custo do imobilizado</u>			
Saldo em 31/12/2012	<u>3.075</u>	<u>84</u>	<u>3.159</u>
Adições	556	-	556
Alienações/baixas	<u>(20)</u>	<u>-</u>	<u>(20)</u>
Saldo em 31/12/2013	<u>3.611</u>	<u>84</u>	<u>3.695</u>
Adições	362	-	362
Saldo em 31.12/2014	<u>3.973</u>	<u>84</u>	<u>4.057</u>
 <u>Depreciação acumulada</u>			
Saldo em 31/12/2012	<u>(2.158)</u>	<u>(17)</u>	<u>(2.175)</u>
Depreciações	(340)	(12)	(352)
Alienações/baixas	<u>19</u>	<u>-</u>	<u>19</u>
Saldo em 31/12/2013	<u>(2.479)</u>	<u>(29)</u>	<u>(2.508)</u>
Depreciações	<u>(320)</u>	<u>(17)</u>	<u>(337)</u>
Saldo em 31/12/2014	<u>(2.799)</u>	<u>(46)</u>	<u>(2.845)</u>
 Imobilizado Líquido			
Saldo em 31/12/2013	1.132	55	1.187
Saldo em 31/12/2014	1.174	38	1.212
Taxas de depreciação - %	10	20	

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

9. INTANGÍVEL

A movimentação em 31 de dezembro de 2014 é como segue:

	<u>Intangível em rodovias - obras e serviços (a)</u>	<u>Direito de outorga da concessão (b)</u>	<u>Direito de outorga da incorporação (c)</u>	<u>Software</u>	<u>Intangível em andamento</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2012	605.549	28.434	60.152	2.069	815	697.019
Adições	10.110	-	-	234	5.550	15.894
Transferências	4.403	-	-	-	(4.403)	-
Alienações/baixas	(280)	-	-	-	-	(280)
Saldo em 31/12/2013	619.782	28.434	60.152	2.303	1.962	712.633
Adições	24.282	-	-	442	20.076	44.800
Transferências	1.973	-	-	(1)	(1.973)	-
Alienações/baixas	(108)	-	-	-	-	(109)
Saldo em 31/12/2014	645.929	28.434	60.152	2.744	20.065	757.324
Amortização acumulada						
Saldo em 31/12/2012	(322.107)	(13.956)	(30.124)	(627)	-	(366.814)
Amortização	(14.687)	(692)	(1.439)	(34)	-	(16.852)
Alienações/baixas	246	-	-	-	-	246
Saldo em 31/12/2013	(336.548)	(14.648)	(31.563)	(661)	-	(383.420)
Amortização	(15.563)	(716)	(1.217)	(33)	-	(17.509)
Alienações/baixas	105	-	-	-	-	105
Saldo em 31/12/2014	(352.006)	(15.364)	(32.780)	(694)	-	(400.844)

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Intangível líquido						
Saldo em 31/12/2013	283.234	13.786	28.589	1.642	1.962	329.213
Saldo em 31/12/2014	293.923	13.070	27.372	2.050	20.065	356.480
Taxas anuais de amortização %	5,26	5,26	5,26	5,26	-	

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados com base na curva de tráfego projetada até o prazo final da concessão.
- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 13.
- (c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da OHL Participações, antiga controladora da Intervias. Esse valor está sendo amortizado com base na curva de tráfego projetada até o prazo final da concessão.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

10. DEBÊNTURES

Os saldos estão representados por:

<u>Série</u>	<u>Quantidade emitida unitária</u>	<u>Taxas contratuais(%)</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
3ª emissão (a)	<u>60.000</u>	CDI+1,09% a.a.	Setembro/2018	<u>19.128</u>	<u>600.000</u>	<u>16.234</u>	<u>600.000</u>
4ª emissão - 1ª série (b)	<u>150.000</u>	CDI+1,10% a.a.	Outubro/2019	<u>3.811</u>	<u>150.000</u>	-	-
4ª emissão - 2ª série (b)	<u>225.000</u>	IPCA+5,96% a.a.	Outubro/2019	<u>5.545</u>	<u>225.000</u>		
				28.485	975.000	16.234	600.000
Custo de transação				<u>(1.424)</u>	<u>(3.698)</u>	<u>(756)</u>	<u>(2.129)</u>
Total				<u>27.060</u>	<u>971.302</u>	<u>15.478</u>	<u>597.871</u>

(a) 3ª emissão de debêntures com emissão do contrato em 25 de setembro de 2013 com valor nominal unitário em 31 de dezembro de 2014 de R\$10.000 cada uma

(b) 4ª emissão de debêntures com emissão do contrato em 15 de outubro de 2014 com valor nominal unitário em 31 de dezembro de 2014 de R\$10.000 cada uma

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	<u>Data da emissão</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Data da integralização</u>	<u>Valor Subscrito</u>
3ª emissão	25.09.2013	600.000	07.10.13	601.805
4ª emissão - 1ª série	15.10.2014	150.000	05.11.14	151.025
4ª emissão - 2ª série	15.10.2014	225.000	05.11.14	226.615

As debêntures da 1ª série foram pré-pagas a fim de reestruturar e melhorar o perfil de amortização e vencimentos dos endividamentos.

A remuneração das debêntures da 3ª série é paga semestralmente todo dia 25 dos meses de março e setembro a partir de 2014 e serão amortizadas em 3 parcelas anuais, a partir de 25 de setembro de 2016.

A remuneração das debêntures da 4ª emissão - 1ª série será semestralmente todo dia 15 dos meses de abril e outubro a partir de 2015 e serão amortizadas em 3 parcelas anuais, a partir de 15 de outubro de 2017.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

A remuneração das debêntures da 4ª emissão - 2ª série será anualmente todo dia 15 do mês de outubro a partir de 2015 e será amortizada em uma única parcela em 15 de outubro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2014, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das emissões apresentavam a seguinte composição:

Ano de vencimento	
2016	196.616
2017	246.868
2018	<u>253.226</u>
2019	<u>274.592</u>
	<u>971.302</u>

As debêntures da 3ª e 4ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam no vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Escrituras e aditamentos de debêntures”, arquivado na CVM.

Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade, não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por aval prestado pela Arteris S.A., em favor dos debenturistas.

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos e as transações realizadas em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Empréstimos:		
Mútuos - Arteris S.A. (d)	31.493	22.485
Contas a receber:		
Arteris S.A. (a)		33
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	-	4
Total	<u>31.493</u>	<u>22.522</u>

<u>Ativo não circulante:</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Empréstimos:		
Mútuos - Arteris S.A. (d)	<u>311.745</u>	<u>289.261</u>
Total	<u>311.745</u>	<u>289.261</u>

<u>Passivo circulante</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Contas a pagar:		
Arteris S.A. (b)	1.114	267
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (c)	948	550
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (c)	542	343
Vianorte S.A.	<u>49</u>	
Autovias S.A.	<u>75</u>	-
	<u>2.728</u>	<u>1.160</u>
Juros sobre capital próprio:		
Arteris S.A.	<u>4.783</u>	<u>1.763</u>
Total	<u>7.511</u>	<u>2.923</u>

<u>Contas de resultado</u>	<u>31.12.2014</u>			<u>31.12.2013</u>		
	Conservação da rodovia	Receitas financeiras	Despesas gerais	Conservação da rodovia	Receitas financeiras	Despesas gerais
Arteris S.A. (b) (d)		37.051	9.323	-	26.452	1.248
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (c)	12.578	-	-	7.080	-	-
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (c)	<u>3.263</u>	-	-	<u>2.484</u>	-	-
Total	<u>15.841</u>	<u>37.051</u>	<u>9.323</u>	<u>9.564</u>	<u>26.452</u>	<u>1.248</u>

(a) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. Para aumentar a eficiência do atual critério em relação ao processo de rateio de custos, agilizar o processo administrativo e garantir que todas as partes

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo, a Arteris controladora da Sociedade adotou em abril de 2014 um novo critério de rateio dos custos da Holding. Este critério ajusta os percentuais rateados e é distribuído baseando-se na receita das empresas do Grupo.

(b) Referem-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade.

(c) Contratos de mútuo ativo com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Arteris S.A., com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% ao ano com vencimentos de juros a partir de dezembro de 2015 e do principal a partir de 2017, conforme demonstrados a seguir:

<u>Data da liberação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos</u>	<u>Valor do principal</u>	<u>Juros</u>	
				<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
20/08/2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	40.000	30.831	24.332
18/09/2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	97.000	73.161	57.548
04/12/2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	8.000	5.682	4.427
17/12/2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	<u>52.000</u>	<u>36.564</u>	<u>28.439</u>
Total			<u>197.000</u>	<u>146.238</u>	<u>114.746</u>

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade reconheceu os montantes de R\$2.848 (R\$1.918 em 31 de dezembro de 2013), a título de remuneração de seus administradores. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e outras partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$1.815 e R\$1.596.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o exercício que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas foram observados estritamente os padrões de mercado, os legais e o interesse da Sociedade. Sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do estatuto social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

12. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Estão representadas por:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	10.175	10.941
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	5.070	4.740
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	334	338
Programa de Integração Social (PIS)	219	207
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	1.009	954
Imposto Sobre Serviço (ISS)	1.820	1.684
Outros	<u>191</u>	<u>189</u>
Total	<u>18.818</u>	<u>19.053</u>

13. CREDORES PELA CONCESSÃO

Referem-se ao valor do ônus da concessão, devidos ao DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em setembro de 1998. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em julho de cada ano com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Em 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Sociedade concordou com o TAM (Termo Aditivo Modificativo) em dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio de IGP-M para o IPCA. As demais correções utilizadas pela concessão serão mantidas pelo IGP-M e possível revisão contratual em base anual junto ao Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice somente no reajuste das tarifas de pedágio, poderá determinar o reequilíbrio em favor das Sociedades ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. Essa modificação foi aprovada pelo secretário estadual de logística e transportes em 28 de junho de 2012 e tornou-se vigente em 2013, a partir do reajuste de 1º de julho de 2013.

Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a deliberação autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 01 de julho de 2013 pelo índice do IGP - M, mas com repasse zero aos usuários. Como forma de recomposição do reequilíbrio do contrato de concessão o Conselho Diretor autorizou a cobrança de eixos suspensos para veículos pesados e redução dos percentuais cobrados da outorga variável desde julho de 2013, com exceção aos pagamentos efetuados em novembro de 2013. Na data base de 31 de dezembro de 2014, a ARTESP ainda não havia formalizado o Termo Aditivo e Modificativo - TAM, que prevê a sistemática de reequilíbrio do contrato de concessão para estas medidas.

Em 28 de junho de 2014 foi publicada no Diário Oficial do Estado, deliberação extraordinária do Conselho Diretor da Artesp acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a deliberação autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 1º de julho de 2014 pelo índice IPCA com reajuste em 4,67%. A Sociedade não concorda com a decisão unilateral do Governo do Estado de São Paulo, comunicada pela Artesp e está tomando as medidas necessárias de defesa para garantir seus direitos.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

<u>Circulante</u>	<u>Valor presente</u>		<u>Valor real em(*)</u>	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Direito de outorga - parcela fixa	7.108	6.640	7.298	6.903
Parcela variável (a/b)	<u>605</u>	<u>537</u>	<u>605</u>	<u>537</u>
Total	<u>7.713</u>	<u>7.177</u>	<u>7.903</u>	<u>7.440</u>

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

<u>Não circulante</u>	<u>Valor presente</u>		<u>Valor real em(*)</u>	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Direto de Outorga - parcela fixa	<u>25.738</u>	<u>30.189</u>	<u>29.867</u>	<u>35.864</u>
	<u>25.738</u>	<u>30.189</u>	<u>29.867</u>	<u>35.864</u>

(*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do exercício, inseridos somente como informação adicional.

(a) Valor variável correspondente a 3% da receita bruta mensal efetivamente obtida, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. Excepcionalmente, nos meses de julho a setembro, novembro e dezembro de 2013, o ônus variável foi calculado usando o índice de 1,5% sobre a receita bruta como forma de compensação do repasse zero às tarifas de pedágio a partir de 1 de julho de 2013, conforme publicação no D.O.E de 27 de julho de 2013, processo 015.147/2013 e protocolo 234.316/13.

(b) Valor variável correspondente a 3% da receita bruta mensal de pedágio e 25% das receitas mensais acessórias efetivamente obtidas, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

Em 14 de dezembro de 2013, o conselho diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização anteriormente concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de outorga variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as receitas da concessionária). Esta prorrogação não inclui os pagamentos efetuados em novembro 2013 referente à outorga variável de competência do mês de outubro de 2013.

A quantidade de parcelas a partir de 31 de dezembro de 2014 está assim representada:

	<u>Parcelas</u>		<u>Total</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	
Saldo de Parcelas	12	49	61

O valor pago pela Sociedade no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 ao Poder Concedente foi de R\$13.354 (R\$7.016 de parcela fixa e R\$6.338 de parcela variável).

Em 31 de dezembro de 2014, as parcelas relativas ao valor real classificadas no passivo não circulante apresentavam a seguinte composição:

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Ano de vencimento	
2016	7.314
2017	7.314
2018	7.314
Após 2019	<u>7.925</u>
	<u>29.867</u>

14. PROVISÕES

14.1. Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade têm reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é conforme segue:

	<u>31.12.2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31.12.2014</u>
Cíveis	1.485	235	(259)	(240)	1.221
Trabalhistas	<u>813</u>	<u>319</u>	<u>(244)</u>	<u>(31)</u>	<u>857</u>
Total	<u>2.298</u>	<u>554</u>	<u>(503)</u>	<u>(271)</u>	<u>2.078</u>
	<u>31.12.2012</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31.12.2013</u>
Cíveis	1.083	1.491	(420)	(669)	1.485
Trabalhistas	<u>754</u>	<u>685</u>	<u>(516)</u>	<u>(110)</u>	<u>813</u>
Total	<u>1.837</u>	<u>2.176</u>	<u>(936)</u>	<u>(779)</u>	<u>2.298</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam os montantes de R\$1.009 e R\$1.045, respectivamente em cada natureza de risco, em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 944 e R\$ 439 respectivamente em 31 de dezembro de 2013).

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

14.2. Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 são conforme seguem:

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	
	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Investimentos em rodovias</u>
Saldos em 31.12.2013	6.055	55.003	694
Adições	-	23.212	-
Utilizações	(6.394)	-	-
Ajuste a valor presente	-	4.294	44
Transferências	<u>13.986</u>	<u>(13.986)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31.12.2014	13.647	68.523	738

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	
	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Investimentos em rodovias</u>
Saldos em 31.12.2012	3.124	37.443	653
Adições	-	21.764	-
Utilizações	(3.911)	-	-
Ajuste a valor presente	-	2.638	41
Transferências	<u>6.842</u>	<u>(6.842)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31.12.2013	6.055	55.003	694

Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$ 16.141 (R\$15.103 em 31 de dezembro de 2013).

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é de R\$108.710, integralizado pelo valor de R\$108.152. As ações ordinárias sem valor nominal em 31 de dezembro estão demonstradas a seguir:

		<u>31.12.2014</u>		
	Quantidade de ações subscritas	Quantidade de ações Integralizadas		Participação - %
Arteris S.A.	<u>4.352.285</u>	<u>4.321.025</u>		<u>100,00</u>

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 2014 foram distribuídos dividendos do total da reserva de lucros no montante de R\$71.080, pagos em abril de 2014 como dividendos adicionais propostos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Em 15 de setembro de 2014 a Sociedade efetuou antecipação de dividendos referente ao exercício findo em 30 de junho de 2014 no montante de R\$65.600, mediante a utilização dos saldos da conta de reserva de lucros a títulos de dividendos declarados na Reunião da Administração de 16 de setembro de 2014.

O cálculo dos dividendos estatutários em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 estão demonstrados a seguir:

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Lucro líquido do exercício	142.876	138.783
Reserva legal 5%	-	-
Base de cálculo	142.876	138.783
Dividendos estatutários obrigatórios	<u>25%</u>	<u>25%</u>
Total	<u>35.719</u>	<u>34.696</u>
Dividendos antecipados	(73.684)	(67.703)
Dividendos propostos	69.192	71.080

A Administração da Sociedade propôs a distribuição complementar de dividendos aos seus acionistas, referentes ao exercício de 2014, totalizando R\$69.192 a ser deliberado na Assembleia Geral Ordinária (R\$71.080 conforme ata de aprovação em 16 de abril de 2014).

Juros sobre capital próprio

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio exercício, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante, que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado dedutível para fins de Imposto de Renda.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a Sociedade distribuiu lucros antecipados sobre a forma de juros sobre capital próprio no montante de R\$6.871, líquidos de R\$1.213, referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), dos quais R\$3.850 foram pagos aos acionistas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

16. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Receita de serviços prestados	385.596	367.927
Receita de serviços de construção	44.800	16.213
Outras receitas	<u>5.172</u>	<u>4.443</u>
	<u>435.568</u>	<u>388.583</u>

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Receita Bruta	435.568	388.583
ISSQN	(19.488)	(18.573)
PIS	(2.592)	(2.467)
COFINS	(11.963)	(11.386)
Receita líquida	<u>401.525</u>	<u>356.157</u>

17. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representadas por:

Custos:	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Custo de construção	(44.800)	(16.213)
Com pessoal	(19.046)	(18.276)
Serviços de terceiros	(1.211)	(1.067)
Depreciação e amortização	(17.529)	(16.852)
Custos com poder concedente	(7.025)	(9.697)
Seguros e garantias	(83)	(94)
Conservação	(13.333)	(13.499)
Provisão de manutenção em rodovias	(32.597)	(33.087)
Outros	<u>(6.440)</u>	<u>(6.458)</u>
Total	<u>(142.064)</u>	<u>(115.243)</u>

Despesas:	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Com pessoal	(12.361)	(7.961)
Serviços de terceiros	(6.197)	(4.598)
Depreciação e amortização	(337)	(352)
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(49)	(461)
Seguros e garantias	(1.768)	(1.452)
Transporte	(379)	(240)
Consumo	(2.592)	(1.772)
Outros	<u>(3.337)</u>	<u>(2.195)</u>
Total	<u>(27.020)</u>	<u>(19.031)</u>

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

18. RESULTADO FINANCEIRO

Estão representadas por:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Receitas financeiras:		
Juros ativos	37.051	7.659
Aplicações financeiras	32.622	26.452
Outras receitas	<u>17</u>	<u>677</u>
	<u>69.690</u>	<u>34.788</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(77.744)	(38.038)
Atualização monetária do ônus da Concessão	(3.034)	(3.664)
Ajuste a valor presente	(4.338)	(2.679)
Outras despesas	<u>(910)</u>	<u>(4.816)</u>
	<u>(86.026)</u>	<u>(49.197)</u>

19. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº5.

b) Informações suplementares

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	(988)	1.310
Juros sobre capital próprio propostos e não pagos	4.783	4.251

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

20. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é como segue:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	213.244	205.017
Alíquota vigente combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente nominal	(72.503)	(69.706)
Ajuste para a alíquota efetiva		
Juros sobre o capital próprio	2.748	2.945
Efeito de adições e exclusões	<u>(613)</u>	<u>(150)</u>
Despesa contabilizada	<u>(70.368)</u>	<u>(66.911)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(75.721)	(71.573)
Diferidos	<u>5.353</u>	<u>4.662</u>
	<u>(70.368)</u>	<u>(66.911)</u>

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 transformada em lei nº. 12.973 em 13 de maio de 2014, introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT adotado pela Sociedade para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

A Sociedade decidiu pela não adoção antecipada conforme Lei 12.973, 14.

21. LUCRO POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

<u>Básico/Diluído</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Lucro líquido do exercício	142.876	138.783
..Número de ações durante o exercício	<u>4.321</u>	<u>4.321</u>
Lucro por ação	<u>33,07</u>	<u>32,12</u>

Não há diferença entre o lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados ou outras opções a serem conciliadas.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e reservas de lucro.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

<u>Ativos</u>	<u>31.12.2014</u> <u>Empréstimos e recebíveis</u>	<u>31.12.2013</u> <u>Empréstimos e recebíveis</u>
Caixa e equivalentes de caixa	613.145	274.394
Aplicações financeiras	55	13
Contas a receber de clientes	22.635	21.698
Partes relacionadas	343.238	311.783
Outras contas a receber	220	137

<u>Passivos</u>	<u>31.12.2014</u> <u>Passivos financeiros ao</u> <u>custo amortizado</u>	<u>31.12.2013</u> <u>Passivos financeiros ao</u> <u>custo amortizado</u>
Fornecedores e cauções contratuais	6.492	5.704
Debêntures	998.362	613.349
Partes relacionadas	7.511	2.923
Credores pela concessão	33.451	37.366
Outras contas a pagar	14	1

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2014, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras e dos mútuos com partes relacionadas.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I (provável)</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário III (+ 50%)</u>	<u>Cenário IV (- 25%)</u>
CDI	12,50%	15,63%	18,75%	9,38%
Juros a incorrer (*)	(114.140)	(139.632)	(164.683)	(88.329)
Receita de aplicações financeiras	77.215	96.519	115.823	57.912
Receitas financeiras de Mútuos	30.749	37.631	44.413	23.808
Juros a Incorrer líquido	<u>(6.176)</u>	<u>(5.482)</u>	<u>(4.447)</u>	<u>(6.609)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato , o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2014 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$22.635 (R\$21.698 em 31 de dezembro de 2013) das empresas CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Dbtrans, Conectar e Autoxpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

<u>Modalidade</u>	Taxa de juros (média ponderada) <u>efetiva %</u> a.a.	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018 em diante</u>	<u>Total</u>
Debêntures - 3ª emissão - Série CDI	12,79%	<u>73.719</u>	<u>273.629</u>	<u>273.022</u>	278.107	<u>898.477</u>
Debêntures - 4ª emissão - Série CDI	12,80%	18.429	18.618	68.461	118.473	223.981
Debêntures - 4ª emissão - Série IPCA	11,36%	14.183	15.072	16.017	260.135	305.407
Credores pela Concessão	3,67%	76.729	273.874	250.676	240.431	880.894
Total		<u>113.743</u>	<u>315.152</u>	<u>365.937</u>	<u>674.943</u>	<u>1.469.775</u>

23. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

24. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, as concessionárias mantêm vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Em 31 de dezembro de 2014, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos:	Riscos patrimoniais / Perda de receita (*)	160.000
	Responsabilidade civil	21.000
Garantia:	Garantia de execução do contrato de concessão	160.272

(*) Por Sinistro.

A Sociedade é fiadora do seguro garantia mencionado anteriormente.

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
DA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A.**

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. (“Companhia” ou “Intervias”) submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE

A Companhia iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2000 com o objetivo exclusivo de explorar, sob o regime de concessão, o sistema constituído pela Malha Rodoviária de Ligação entre Itapira, Mogi Mirim, Limeira, Piracicaba, Conchal, Araras, Rio Claro, Casa Branca, Porto Ferreira, São Carlos, Cordeirópolis e Santa Rita do Passa Quatro, com extensão de 375,7 km de rodovias, compreendendo a execução, gestão e fiscalização de serviços delegados, que correspondem às funções operacionais de conservação e de ampliação, os serviços complementares, que correspondem às funções necessárias para manter o serviço adequado em todo o sistema rodoviário e de apoio aos serviços não delegados, ou seja, aqueles de competência exclusiva do Poder Público.

O prazo de concessão é de 20 anos, contados da data de recebimento do controle do sistema rodoviário existente. Através do Termo Aditivo e Modificativo nº. 14/06, datado de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP”), o reequilíbrio da adequação econômico-financeiro do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido através da prorrogação do prazo da concessão por mais 95 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Diante disso, o período de exploração da concessão foi prorrogado para 16 de janeiro de 2028. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito a indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos 5 anos do prazo de concessão.

A economia da região é baseada na atividade agroindustrial, sendo a região a principal na produção de açúcar e álcool no Brasil.

Atualmente, a Companhia opera nove praças de pedágio localizadas ao longo da malha viária sob sua concessão com as seguintes características:

Nome Praça	Localização	Tarifa (R\$)
Pirassununga	SP 330 / km 215	6,40
Leme	SP 330 / km 181+760	6,40
Rio Claro	SP 191 / km 59	2,70
Araras	SP 191 / km 27+500	5,00
Engenheiro Coelho	SP 147 / km 91+300	4,70
Mogi Mirim	SP 147 / km 52	6,30
Iracemápolis	SP 147 / km 127,200	4,90
Sta. Cruz das Palmeiras	SP 215 / km 65,550	4,90
Descalvado	SP 215 / km 104,400	5,00

TERMO ADITIVO MODIFICATIVO

Em 05 de janeiro de 2012, foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo o Termo Aditivo Modificativo (“TAM”) ao Contrato de Concessão entre a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP (“Poder Concedente”) e a Companhia. Referido TAM tem como objeto a alteração (i) do índice de reajuste das tarifas de pedágio do Contrato de Concessão, do Índice Geral de Preço de Mercado (“IGP-M”) para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”); e (ii) do procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de desequilíbrio econômico-financeiro e sua recomposição, decorrentes da utilização do novo índice de reajuste tarifário. Diante disso, será caracterizada a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão a favor da Concessionária ou a favor do Poder Concedente, caso se verifique diferença entre o montante anual da receita de pedágio auferida por meio das tarifas reajustadas pelo IPCA, efetivamente cobradas pela Concessionária, e o montante que teria sido recebido caso as tarifas tivessem sido reajustadas pelo IGP-M.

O desequilíbrio será apurado no mês de julho de cada ano, considerando o mesmo período do reajuste contratual das tarifas de pedágio (desequilíbrio anual). O reequilíbrio será realizado a cada dois anos (reequilíbrio bienal), mas a periodicidade poderá ser reavaliada de comum acordo pelas partes a partir do 5º (quinto) ano.

Essa modificação foi aprovada pelo Secretário Estadual de Logística e Transportes em 28 de junho de 2012 e será aplicável ao reajuste de 1º de julho de 2013.

Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a Deliberação autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 01 de julho de 2013 pelo índice do IGPM, mas com repasse zero aos usuários.

O Conselho Diretor deliberou, ainda, sobre as medidas de recomposição do desequilíbrio dos contratos de concessão nos seguintes termos: (i) utilização de 50% do valor de ônus variável; (ii) implementação

de cobrança de eixos suspensos dos caminhões; (iii) utilização de créditos em favor do Estado de adequações de cronograma decorrentes de atrasos e postergações de obras e (iv) utilização do ônus fixo devido ao Estado.

Tais medidas deverão ser avaliadas individualmente, deliberadas pela Secretaria dos Transportes e aprovadas pelo Poder Concedente. Na data base de 31 de dezembro de 2013, a ARTESP ainda não havia formalizado o Termo Aditivo e Modificativo – TAM, que prevê a sistemática de reequilíbrio do contrato de concessão para estas medidas.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

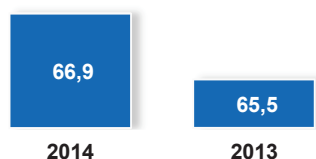
Tráfego

O tráfego pedagiado totalizou 66,9 milhões de veículos equivalentes em 2014, 2,2% superior quando comparado ao exercício anterior. Além dos fatores históricos que exercem influência no desempenho do tráfego nas estradas concessionadas tais como os relacionados à evolução da atividade econômica brasileira, o que inclui os níveis de produção industrial, aumento ou redução da renda per capita, além de fatores regionais nas localidades onde estão situadas as rodovias, ainda que minimizado pela cobrança de eixos suspensos a partir de 28 de julho de 2013, que contribuiu para o crescimento do tráfego.

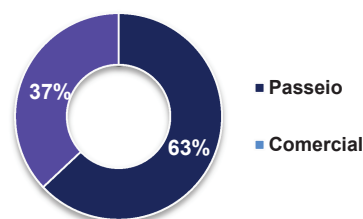
A composição do tráfego pedagiado (medida em veículos equivalentes) em 2014 foi de 63% de veículos pesados e 37% de veículos leves.

Tráfego Pedagiado

Veículos Equivalentes
(milhões)

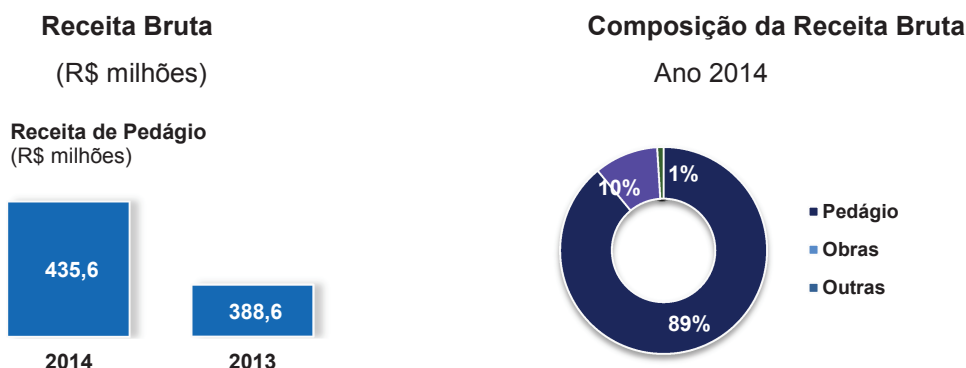


Composição do Tráfego 2014



Receita

A receita bruta da Companhia, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, totalizou R\$ 435,6 milhões em 2014, com crescimento de 12,1% em relação aos R\$ 388,6 milhões registrados em 2013.



A receita de pedágio cresceu 4,8%, passando de R\$ 367,9 milhões em 2013 para R\$ 385,6 milhões em 2014. As principais razões que levaram ao aumento foram: (i) crescimento de tráfego equivalentes em 2,2%, e (ii) reajuste à partir de 01/07/2014 de 4,67% na tarifa básica praticada, com base na evolução do IPCA entre os meses de junho de 2013 e maio de 2014 conforme previsto no Termo Aditivo Modificativo de 05 de janeiro de 2012, ajustado pela absorção de ganhos extraordinários relacionados à cobrança dos eixos suspensos de veículos comerciais pelo período de 28/07/2013 a 31/05/2014.

Já a receita de obras provenientes da realização de investimentos no intangível, registrou um acréscimo de R\$ 28,6 milhões, passando de R\$ 16,2 milhões em 2013 para R\$ 44,8 milhões em 2014, tendo como principal destaque o cumprimento da segunda etapa prevista no cronograma de investimentos do contrato de concessão da obra duplicação, ampliação e melhoramento no trecho entre o km 58 e km 60,7 do Contorno do Trevo de Mogi – da SP-157.

As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$ 5,2 milhões (16,4% maior) em 2014.

No ano de 2014, a Companhia obteve uma receita líquida de R\$ 401,5 milhões, R\$ 45,4 milhões superior ao ano de 2013.

Custos e Despesas (excl. depreciação e amortização)

R\$ milhões	2014	2013	Var.
Custos dos serviços de construção	(44,8)	(16,2)	176,5%
Serviços de terceiros	(6,9)	(4,3)	61,1%
Pessoal	(31,4)	(26,2)	19,8%
Provisão para manutenção de rodovias	(32,6)	(33,1)	-1,5%
Conservação	(13,0)	(14,0)	-6,8%
Custos com o poder concedente	(7,0)	(10,0)	-29,8%
Seguros e garantias	(1,9)	(1,5)	23,4%
Remuneração da Administração	(2,8)	(1,9)	49,9%
Consumo	(4,5)	(3,8)	19,6%
Outros	(9,0)	(7,9)	14,4%
Custos e despesas	(154,1)	(118,9)	29,6%

Os custos e despesas (excluindo depreciações e amortizações) aumentaram 29,6% em 2014 em comparação ao exercício de 2013. A variação de R\$ 35,2 milhões é justificada pelos seguintes fatores:

- Acréscimo de R\$28,6 milhões com os “ Custos de Serviços de Construção” em cumprimento a segunda etapa prevista no cronograma de investimentos do contrato de concessão da obra de duplicação, ampliação e melhoramento no trecho entre o km 58 e km 60,7 do Contorno do Trevo de Mogi – da SP-157.
- Pelo aumento em serviços de terceiros no montante de R\$ 2,6 milhões devido à alteração no critério de rateio das despesas corporativas entre as concessionárias do grupo;
- Aumento de R\$5,2 milhões em despesas com pessoal deve-se: (i) reajuste salarial relativo ao dissídio coletivo de 5,4%; (ii) variação de R\$ 4,6 milhões referente à alteração no critério de rateio das despesas corporativas entre as concessionárias do grupo;
- Redução de R\$3,0 milhões em custos com poder concedente decorrente da autorização emitida em 27/07/2013 DOE processo 15.747/2013 do não recolhimento de 1,5% da outorga variável nos meses de julho, agosto e setembro e também pela prorrogação autorizada pelo Conselho Diretor da Artesp ocorrida em reunião datada de 14/12/2013, que deliberou por prazo indeterminado da retenção e desconto de 50% do valor devido a título

de Outorga Variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as Receitas da Concessionária).

- Aumento em R\$0,9 mil com pagamento da remuneração da administração tendo como destaque a inclusão do rateio das despesas corporativas entre as concessionárias do grupo aprovado em 2014;
- Acréscimo em R\$0,7 mil na conta de consumo tendo como impacto principal, o novo critério de rateio das despesas corporativas entre as concessionárias do grupo aprovado em 2014.
- Aumento de R\$1,1 milhão em outros deve-se: (i) reconhecimentos do valor de R\$ 0,5 mil de perdas de arrecadação; (ii) e R\$ 0,6 milhão referente à alteração no critério de rateio das despesas corporativas entre as concessionárias do grupo;
-

EBTDA e EBTDA Ajustado

R\$ milhões	2014	2013	Var.
Receita líquida	401,5	356,2	12,7%
(-) Custos e despesas (excl. deprec. e amortização)	(154,1)	(118,9)	29,6%
EBITDA	247,4	237,3	4,3%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	32,6	33,1	-1,5%
EBITDA Ajustado	280,0	270,4	3,6%

EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é o EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA adicionando-se o montante de Provisão para Manutenção de Rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias advindas da adoção do ICPC01, encerrou 2014 em R\$ 280,0 milhões, com um aumento de 3,6% em relação ao ano anterior. O aumento foi impactado principalmente pelo crescimento do tráfego pedagiado e reajuste da tarifa de pedágio.

Resultado Financeiro

R\$ milhões	2014	2013	Var.
Receitas Financeiras	69,7	34,8	100,3%
Despesas Financeiras	(86,0)	(49,2)	74,8%
Resultado Financeiro Líquido	(16,3)	(14,4)	13,4%

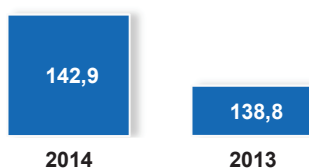
O resultado financeiro líquido de 2014 foi negativo em R\$ 16,3 milhões, 13,4% maior quando comparado ao ano de 2013. Os principais fatores que contribuíram para esse aumento foram:

- Aumento de R\$34,9 milhões em receita devido a aplicações de recursos provenientes da 4ª emissão de debêntures e pela alta da taxa de juros “CDI”, a qual remunera os recursos no caixa da Companhia;
- As despesas financeiras tiveram aumento de R\$36,8 milhões em relação ao ano anterior influenciado pela liberação de recursos provenientes da 4ª emissão de debêntures e pela alta da taxa de juros “CDI”, a qual remunera os juros das operações de debêntures.

Lucro Líquido

Com aumento da receita líquida do período, impulsionado pela expansão do tráfego e reajuste da tarifa de pedágio, a Companhia encerrou o exercício de 2014 com lucro líquido de R\$142,9 milhões, com acréscimo de 2,9% em comparação ao exercício de 2013.

Lucro Líquido (R\$ milhões)



Endividamento

R\$ milhões	31/12/2014	31/12/2013	Var.
Dívida Bruta	998,4	613,4	62,8%
Curto Prazo	27,1	15,5	74,8%
Longo Prazo	971,3	597,9	62,5%
Disponibilidades e aplicações financeiras ¹	(613,1)	(274,4)	123,4%
Dívida Líquida	385,3	339,0	13,7%

¹ Curto e longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2014, o endividamento bruto totalizava R\$ 998,4 milhões, apresentando um aumento de R\$ 385 milhões 62,8% em relação ao ano anterior.

Em 13 de outubro de 2014, foi realizado a 4ª Emissão de Debêntures pela Sociedade no valor de R\$ 375.000 milhões, sendo esta realizada em duas séries. Os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures da Primeira Série serão destinados para reforço de capital de giro da emissora. Os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures da Segunda Série serão destinados para pagamentos de projetos de investimentos.

O endividamento líquido (composto por dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas), encerrou o ano de 2014 em R\$ 385,3 milhões, representando um aumento de 13,7% em relação ao ano de 2013. O grau de alavancagem, medido pela equação dívida líquida / EBITDA Ajustado – Ônus Fixo (últimos 12 meses) ficou em 1,4x, ao final do exercício anterior esta relação era de 1,6x.

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Durante o ano de 2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou os pagamentos de dividendos e de juros sobre capital próprio, abaixo representada:

Proventos em Dinheiro	Deliberado em	Pagamento em	Valor
Dividendos	15/04/2014	16/04/2014	R\$ 71,0 milhões
Dividendos	16/09/2014	15/09/2014	R\$ 65,6 milhões
Juros Sobre Capital Próprio	20/01/2014	20/01/2014	R\$ 1,7 milhões
Juros Sobre Capital Próprio	15/04/2014	01/04/2014	R\$ 2,0 milhões

INVESTIMENTOS

Em 2014, a Intervias investiu R\$45,0 milhões em ativos imobilizados e intangíveis. Além disso, foram pagos R\$16,1 milhões em obras de manutenção e conservação das rodovias administradas pela Companhia. Os recursos foram aplicados principalmente nas seguintes obras:

- duplicação, ampliação e melhoramento no trecho entre o km 58 e km 60,7 do Contorno do Trevo de Mogi (SP 157);
- obras de manutenção e conservação das rodovias;
- 2ª intervenção de pavimento; (ii)
- obras de recuperação de obras de arte;
- a implantação da sinalização e dos dispositivos de segurança;
- com sistemas de controle de tráfego e de arrecadação.

RECURSOS HUMANOS

A seguir evolução do quadro de pessoal e índice de rotatividade.

	2014	2013
Empregados diretos	519	537
Rotatividade	1,29%	1,21%

No que concerne a diversidade, apresentamos um indicador com participação de 51% de homens, contra 49% de mulheres. A média de idade está concentrada em 38 anos. A base de formação educacional do efetivo de pessoal é o Ensino Médio Completo (antigo Segundo Grau), com 75 % dos empregados. Vale mencionar que 19% possuem superior completo.

Ao longo de 2014, a Companhia buscou capacitar seus profissionais com a realização de treinamentos. No total, tais atividades envolveram 12.339 horas de treinamento, o que corresponde, em média, a 24:20 horas de treinamento por profissional.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

A Intervias possui como um dos seus compromissos o desenvolvimento de relacionamento com as comunidades lindeiras à sua área de concessão, tendo como foco projetos relacionados a educação, saúde, cultura e meio-ambiente.

Sustentabilidade

A Arteris é uma empresa focada em desenvolver seus negócios de forma sustentável, garantindo que sua atuação permita o desenvolvimento dos municípios lindeiros, dos colaboradores e da sociedade como um todo. A companhia desenvolve diversos programas focados em reduzir acidentes nas rodovias sob concessão, assim como promover educação para o trânsito, a preservação ambiental e desenvolvimento sociocultural das comunidades em que está inserida.

Segurança

A companhia possui a meta de reduzir em 50% o número total de acidentes nas estradas sob controle do grupo no período 2011-2020, reproduzindo internamente a meta da ONU sobre o tema – Década Mundial de Ações para a Segurança do Trânsito. A companhia mantém o GERAR – Grupo Estratégico para Redução de Acidentes, responsável por estabelecer estudos e planos de ação, para reduzir o número de acidentes. Em setembro de 2014, foi realizado o 1º Mês da Segurança Arteris, iniciativa voltada para conscientizar motoristas, colaboradores e a sociedade em geral sobre a importância de uma atitude consciente no trânsito. A iniciativa foi encerrada com o 1º Fórum Arteris de Segurança, com a presença de representantes de agências reguladoras do Estado de

São Paulo e Federal, Polícia Rodoviária Estadual, Polícia Rodoviária Federal, instituições de pesquisa, OMS (Organização Mundial da Saúde), e organizações não governamentais.

Educação

A humanização do trânsito é prioridade da atuação da Arteris na área de educação. A companhia desenvolve o Projeto Escola, que prepara professores da rede pública para atividades com alunos de 1º e 2º graus, sobre segurança no trânsito. A mesma estratégia de abordagem é aplicada para a preparação desses profissionais sobre temas ambientais por meio do Viva Meio Ambiente.

O Projeto Escola é uma iniciativa de educação reconhecida pela UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância). Também são desenvolvidas ações específicas por meio do Passarela Viva (voltada para pedestres), Viva Ciclista e Viva Motociclista, de forma a conscientizar esses públicos sobre a importância de uma postura responsável no trânsito.

Saúde

O Programa “Viva Saúde” já beneficiou quase 100 mil caminhoneiros por meio de orientações de saúde, segurança, exames gratuitos e vacinação. O motivo é que esses profissionais de transporte nem sempre possuem condições de realizar os cuidados com a saúde. Assim, o programa favorece uma abordagem preventiva e que estimula a qualidade de vida e as boas práticas.

Meio Ambiente

A sustentabilidade dos negócios é uma prioridade da companhia, objetivo este buscado por meio de controle de emissões e do uso racional de recursos naturais, assim como por programas envolvendo populações do entorno da rodovia. O Sistema de Gestão Ambiental é o mecanismo por meio do qual a Arteris e suas concessionárias acompanham a execução das ações nesta área. Focando a preservação das áreas próximas às rodovias, a Arteris desenvolve iniciativas de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, plantio de mudas de vegetação nativa e iniciativas para prevenir acidentes nas rodovias envolvendo animais. Além disso, faz controle e reciclagem do lixo; possui convênios com várias Universidades Estaduais e Federais no controle da fauna; adota postura responsável com a utilização de cisternas para coleta de água de chuva em todas as suas bases operacionais, em prol da preservação da água.

Cultura e Esporte

O apoio a projetos esportivos e culturais relevantes para as regiões em que as concessionárias Arteris estão inseridas é uma prioridade da companhia, ao lado da promoção de parcerias com importantes instituições culturais para a promoção no Brasil de exposição de artistas de destaque no cenário internacional. Em 2014, a Arteris apoiou a vinda ao Brasil da exposição mais visitada no mundo, e mais completa já vista no Brasil do Salvador Dalí. Mais de 1,5 milhão de pessoas puderam apreciar obras do artista plástico espanhol no Rio de Janeiro e São Paulo. A companhia também promoveu parcerias com instituições de apoio a crianças especiais e outras entidades de

forma a levar à exposição crianças e adultos que dificilmente teriam acesso a atividades culturais deste tipo.

Voluntariado

O público interno da companhia é estimulado a manter uma relação de proximidade com as comunidades em que estão inseridos por meio do Programa Voluntários. Desta forma, a empresa estimula os seus colaboradores a desenvolver uma atitude transformadora, que contribua para a construção de uma sociedade mais justa. A iniciativa ajuda no desenvolvimento das habilidades pessoais dos profissionais. Ao mesmo tempo, agrega valor aos negócios e fortalece a imagem da Arteris.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº. 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Intervias, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da BDO RCS Auditores Independentes S.S. e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

Diretoria

Linomar Barros Deroldo
Diretor Presidente

Luciano Louzane
Diretor Superintendente

Márcio Augusto Travain
Diretor Administrativo e Financeiro

Alessandro Scotoni Levy
Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michelin
Diretora Jurídica

Conselho de Administração

David Antonio Díaz Almazán
Conselheiro

Marta Casas Caba
Conselheira

Marcos Pinto Almeida
Conselheiro